

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT08.013](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT08.013)

REFLEXÃO SOBRE: LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO

Sunamita de Souza Belido

Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Anhanguera Uniderp- MS, Mestranda do Curso de Ciências da Educação da Universidade Del Sol UNADES-PY, sunamita.belydo@hotmail.com;

RESUMO

O artigo científico a ser apresentado relata uma reflexão sobre o ensino aprendizagem da linguagem e da escrita e tem como objeto de estudo propor melhorar as práticas de ensino da linguagem tomando em consideração sua importância para a formação do cidadão na sociedade contemporânea, que se fundamenta no conceito de letramento, mas também aborda a compreensão dos dois conceitos: alfabetização e letramento. A alfabetização consiste no ato de ler e escrever, refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem, já o letramento focaliza os aspectos sócio históricos da aquisição da escrita, que são as práticas sociais de leitura e escrita no processo ensino-aprendizagem e suas relações na construção do conhecimento, ou seja, procura estudar e descrever o que ocorre nas sociedades quando adotam um sistema de escritura de maneira restrita ou generalizada. Esta pesquisa classifica-se como sendo de abordagem qualitativa e dialética. Baseia-se, em uma pesquisa documental e bibliográfica, sustentada na leitura e pelos pressupostos epistemológicos dos seguintes autores: CAGLIARI (2010), BNCC (2017), SOARES (2009), TFOUNI (1995), entre outros para entender que o processo de alfabetização e letramento devem estar em consonância nas práticas educativas, ou seja, o “alfabetizar letrando”.

Palavras-chave: Pedagogia, Leitura, Alfabetização e Letramento.

INTRODUÇÃO

O artigo aborda o ensino da Língua Portuguesa e tem como objeto de estudo propor melhorar as práticas de ensino da linguagem tomando em consideração sua importância para a formação do cidadão na sociedade contemporânea, que se fundamenta no conceito de letramento, já que em um plano maior este conceito fala das condições de uma leitura crítica e de uma ação social mais humanitária só capaz de ser atingida quando o leitor também passa a ser um crítico reflexivo de sua fala quanto da do outro.

Soares estabelece que a alfabetização é um termo técnico, ou seja, a capacidade de decodificar acertadamente os grafemas do alfa e do beta (abecedário) de uma determinada língua, já o letramento é um conceito social, que fala da capacidade de dar sentido e valorizar o que foi decodificado. Destas duas afirmações depreende-se que é possível ser alfabetizado sem ser letrado, ou seja, conseguir decodificar o grafema mas sua interpretação – que está ligada ao quanto rico este repertório de conhecimento este decodificador, ser tão pobre de significados que este decodificador simplesmente não consegue auferir toda mensagem pretendida, ao mesmo tempo, é possível pensar em alguém que não seja alfabetizado, mas que tenha um mundo cultural de tal forma sofisticado que possa inferir percepções bastante ricas via outros canais de comunicação (SOARES, 2009)

É tarefa da escola coibir os dois extremos, ao alfabetizando propiciar um mundo cultural além de sua própria cultural familiar de tal modo que seu repertório de dados e signos se expanda (o caso de uma criança), ou operacionalizar ao letrado analfabeto um mais um canal de comunicação que é hegemônico na sociedade contemporânea (o caso da Educação para Jovens e Adultos). Tal procedimento é a base, vale lembrar, do método Paulo Freire e se distancia dos métodos e dos objetivos da pedagogia para se constituir em um procedimento à parte denominado andragogia.

Na nossa sociedade os dois extremos devem ser minimizados já que como afirma. (SOARES 2009, p. 47):

Precisaríamos de um verbo “letrar” para nomear a ação de levar os indivíduos ao letramento. Assim, teríamos de alfabetizar e letrar como duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado (SOARES, 2009, p. 47).

Vale ressaltar a referida pesquisa foi realizada através de revisão bibliográfica fundamentando os conceitos de alfabetização e o letramento no espaço escolar e suas respectivas práticas sociais e pedagógicas.

1. O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

A Língua Portuguesa desde os anos 70 tem sido objeto de estudo objetivando a melhoria da qualidade do seu processo de transmissão e propor técnicas que otimizem o domínio da leitura e da escrita alunos no Ensino Fundamental lembrando sempre que no processo ensino-aprendizagem é importante o domínio da linguagem, ao realizar a atividade discursiva e cognitiva para a participação social.

O ser humano se expressa e precisa ter acesso a informações, para a construção do conhecimento. Assim considera-se os níveis de conhecimento prévio que se amplia progressivamente através da leitura e escrita de textos, bem como a produção de textos eficazes, possibilitando ao aluno assumir a palavra como cidadão consciente de maneira crítica e com criatividade.

A prática da importância da Língua Portuguesa, envolve a socialização, desenvolve o raciocínio, imaginação, o relacionamento entre ideias, a capacidade de pensar e extrair significados e a verbalização. Oferece aos alunos condições para prever sequências de ação, dirigir o próprio comportamento e participação das práticas com a Língua Portuguesa no Ensino fundamental (VIEIRA, et al, 2010).

Desses significados, cabe mencionar aqueles constituídos a partir do uso estético da linguagem verbal, cujo produto, a obra literária representa uma forma particular da experiência humana, um

modo singular de vivencia emoções e aflições. O contato com essa dimensão estética da língua portuguesa, portanto, entre outras experiências de natureza semelhante, permitem desenvolver a sensibilidade e a criatividade, fatores de grande importância para a formação do homem (ANTUNES, 2007).

Uma vez que exigência da tarefa é de natureza conceitual e procedimental sendo que o sujeito deve solucionar o problema proposto pelo texto. No entanto, faz-se importante as práticas de atividades que desenvolvam no aluno a capacidade de compreender textos escritos como forma de assumir a palavra para a plena participação e interação social. Ainda mais ao ensinar a Língua Portuguesa, cabe ao professor considerar a condição afetiva, cognitiva do aluno em relação ao acesso a textos escritos que orientem num processo complexo mais exigente.

Promulgada em 1998 está “carta de intenções” proposta pelo PNC parece que não obteve as modificações necessárias, os índices internacionais como o PISA continuam mostrando as mesmas dificuldades. Em 2018 o Brasil ficou com o segundo pior do ranking sul-americano com 413 pontos, atrás apenas da Colômbia (412)¹. Parece que as considerações teóricas e metodológicas feitas pela academia não chegam na sala de aula ou chegam de forma distorcida já que os resultados continuam sendo os mesmos.

2. REFLEXÃO SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A alfabetização requer alguns pontos essenciais sobre seu processo, ou seja, requer certa habilidade cognitivas e motoras. De acordo com BNCC (2017) é essencial que o aluno diferencie a forma de escrita de outras formas gráficas, que tenha noção das convenções, que se escreve de cima para baixo e da esquerda para a direita, por exemplo. Outra compreensão necessária é a diferença entre fala e escrita, além da importância de se conhecer o alfabeto para o reconhecimento das letras, suas formas gráficas e sons. A

1 <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2019/12/ministerio-da-educacao-avalia-resultado-do-pisa-2018> acesso 19.05.2022

linguagem verbal escrita é descrita da seguinte maneira conforme Soares (2009, p. 24):

O termo alfabetização designa o ensino e o aprendizado de uma tecnologia de representação da linguagem humana, a escrita alfabético-ortográfica. O domínio dessa tecnologia envolve um conjunto de conhecimentos e procedimentos relacionados tanto ao funcionamento desse sistema de representação quanto às capacidades motoras e cognitivas para manipular os instrumentos e equipamentos de escrita (SOARES, 2009, p. 24).

Desta maneira o conceito de alfabetização se identificou ao ensino-aprendizado da “tecnologia da escrita” do sistema alfabético à escrita e o que se nomeia de leitura a partir da década de 80 com os estudos sobre a psicogênese da aquisição da escrita com os trabalhos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky. Para Soares (2009, p. 47): “Alfabetização: ação de ensinar/aprender a ler e a escrever. Enquanto que para Barbosa (2013, p.19) a alfabetização consiste em:

Saber ler e escrever possibilita o sujeito do seu próprio conhecimento, pois sabendo ler, ele se torna capaz de atuar sobre o acervo de conhecimento acumulado pela humanidade através da escrita e, desse modo, produzir, ele também, um conhecimento (BARBOSA, 2013, p.19).

Após reflexão sobre a alfabetização que resulta sobre o ato de ler e escrever surge à discussão acerca do termo letramento que surgiu na década de 80 com Mary Kato, em seu livro: “No mundo da escrita - uma perspectiva psicolinguística”, numa visão da língua culta a partir do letramento. Mas se a palavra letramento surgiu para os estudiosos outras já eram bem conhecidas tais como: analfabetismo, analfabeto, alfabetizar, alfabetização, letrado e iletrado.

Na metade dos 80 que o vocábulo letramento surgiu no Português, da versão da palavra da Língua Inglesa *literacy*, oriunda, por sua vez, do latim *littera* (letra) e acrescida do sufixo- cy, denota qualidade, condição, estado, fato de ser. Assim, literacy, na Língua Inglesa, significa a condição de ser letrado (SOARES, 2009, p.35).

Conceituando a palavra letramento segundo fundamenta o livro *Pró- Letramento* (BATISTA, 2003, p. 11).

Letramento, é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, bem como o resultado da ação de usar essas habilidades em práticas sociais, é o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da língua escrita e de ter-se inserido num mundo organizado diferentemente: a cultura escrita (BATISTA, 2003, p. 11).

No entanto, nesta função social tanto da leitura quanto da escrita oferecem processos simultâneos e não se pode esquecer de dizer que ainda tem os analfabetos que vivem numa sociedade letrada. De acordo com Cagliari (2010), a leitura deve ser uma atividade fundamental desenvolvida na escola, pois dela dependem todas as compreensões, e não só das outras disciplinas, mas de todo o conjunto que estrutura o projeto pedagógico na escola e na sociedade.

O aprendizado da leitura, conforme o mesmo autor, é um ato complexo porque envolve muitas variantes, não só de ordem instrumental, mas os semânticos, ideológicos, culturais, filosóficos e fonéticos entendendo, dessa forma, que no seu sentido mais restrito, a leitura é a realização do objetivo da escrita, porque “quem escreve, escreve para ser lido”, assim “o ler está condicionado pela escrita” (CAGLIARI, 2010, p. 131).

A construção da autonomia através da leitura deve ser uma realização do aluno mediada pelo professor, neste trabalho de reflexão cabe novas formas de enxergar e interpretar os problemas que enfrenta de forma dinâmica e criativa para a superação. Além do mais, é evidente que a escrita depende muito da leitura, sendo o professor o mediador do processo e a escola deve ofertar, primar, e estabelecendo as relações que possam ter significados para o aluno condizentes com a realidade de uma sociedade letrada.

Conforme diz Medeiros (2017, p. 79): “Os objetivos básicos da leitura são assimilação, a busca de conhecimentos, a preparação intelectual para posicionamentos críticos diante da realidade circundante”. Cabe ao professor ajudar ao aluno desenvolver este potencial e estimular de forma eficaz, que vão desde o sistema de

leitura, escrita, gramática e a organização no discurso que devem ser aprimorados na educação básica.

Entretanto, nesta construção dos saberes do processo ensino-aprendizagem o educador precisa levar em conta a cultura e o tempo de cada um para compreender esses processos. Propor atividades que envolvam as práticas sociais das crianças é a alfabetizar letrando. Mais do que ensinar a ler e escrever, ensinar a usar essa prática no dia a dia. As crianças aprendem a ler e escrever pelas experiências que proporcionamos a elas, e desenvolvem as habilidades inseridas na cultura e na interação social.

Portanto, nas práticas sociais é importante compreender que a escrita tem regras específicas e que ler é um processo simbólico que tem suas regras próprias na aprendizagem. Desta maneira ao abordar o letramento o aluno se coloca como ser participativo do processo histórico e social e além do mais é visto como um processo que vai além da alfabetização. Portanto, a leitura e a escrita são práticas necessárias para aquisição do saber para se construir o conhecimento na sociedade letrada. Foi na década de 80 que surgiu o termo "letramento, para diferenciar do conceito alfabetização.

Diante disto, pergunta-se: Como a alfabetização/letramento contribui para o processo ensino - aprendizagem na formação do aluno? Sabe-se que ao ler e escrever o aluno participa das práticas sociais efetivamente, ser politizado de forma a compreender o letramento para a cidadania.

O ler e escrever em circunstâncias básicas da vida seja na vida social, ou na escola são que em milhares de informações e o cidadão convive com o mundo letrado é primordial alfabetizar letrando na perspectiva de construção de conhecimento no processo ensino -aprendizagem dos saberes escolares.

Nessa perspectiva, é através do letramento que possibilita o conhecimento de forma significativo com suas práticas para participação social de acordo com a realidade e possibilidades, pois a língua é um sistema que possibilita estas aprendizagens significar o mundo: lendo um livro, jornal, revista, bula, receita, etc, ou escrevendo um bilhete, uma carta, e-mail, conto, lenda e outros. Conforme a orientação (COSTA 2016, p.10):

“A nossa concepção de gênero discursivo é, portanto, ligada totalmente à prática sócio-histórica. É uma forma de intervenção social; ao tempo em é um modo cultural de fazer e refazer-se, é instrumento de mediação entre o indivíduo e o mundo” (COSTA, 2016, p.10).

Desta maneira compreender o gênero discursivo é parte integrante para uma prática e para uma intervenção e como um instrumento importante entre o indivíduo e o mundo durante a vida. Por isso, também a escrita tem papel fundamental na sociedade em relação aos gêneros discursivos, embora sabemos que o ensino de gênero é algo recente nas escolas.

O ensino tradicionalmente se volta para a gramática normativa, foi após a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que tem crescido o interesse e, focado mais pesquisas sobre os gêneros textuais. Assim, devido a necessidade de comunicação, faz-se o uso do diálogo nas interações de linguagem. Bem como, é o conhecimento prévio requisito indispensável para que a leitura seja realmente compreensível, mas também para a produção de textos escritos e orais. Obviamente o nível de leitura favorece o conhecimento prévio, isso acontece através de experiências ao longo da vida.

Sendo assim, existe uma diferença entre ler e escrever, ser alfabetizado, ou estar na condição de quem saber ler e escrever, ser letrado e envolver-se nas práticas sociais. Para tanto, para a fundamentação deste artigo foi necessário “A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, tese, dissertações e anais de eventos científicos (GIL, 2010, p.29)”.

Por outro lado, ao abordar o processo de alfabetização na construção dos saberes e que o aluno tenha uma educação plena para o convívio em sociedade no processo de alfabetização com os pares. Desta maneira cabe dizer que cada ser tem sua bagagem histórica ao adentrar à escola para o cotidiano por isso que se abre um pouco a discussão em torno do imaginário se tornou tema de debate em 1960.

É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma conectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição

dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súbdito”, o “guerreiro corajoso”, etc (BACZKO, 1985, p. 309).

De acordo com Baczko (1985) se observarmos a imaginação, está qualificada pelos adjetivos: social e coletivo que ganhou espaço e se tornou tema de estudo importante e expõe como um mecanismo que regula a vida de forma coletiva, através de referências simbólicas, divisões internas, hierarquizações e instituições sociais.

No entanto, diz Córdova (1994) que “O imaginário se faz presente na educação, antes de mais nada, como dialética entre a imaginação radical do sujeito e imaginário social do coletivo anônimo (p.34)”. Por isso mesmo que se vive a privacidade, mas também precisa do convívio em sociedade, bem como não é tarefa simples definir de fato o que seja de fato imaginário social, todavia, os autores referem-se aos mitos, crenças, símbolos e as concepções. Conforme afirma Vigotsky:

Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetivos definidos, são refratadas, através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social (VIGOTSKY, 2007, p. 20).

Por outro lado, “Mesmo essas operações relativamente simples, como atar nós, e marcar um pedaço de madeira com a finalidade de auxiliares mnemônicos, modificam a estrutura psicológica do processo da memória. (VIGOTSKY, 2007, p.32)”. São atividades que ajudam no desenvolvimento biológico e no sistema nervoso na construção do conhecimento dos signos do ser humano de forma significativa do ser humano, mas que estão enraizados na cultura.

Assim, Baczko (1985) afirma que o imaginário social tem representação de poder de natureza política para as apropriações e utilizações das pessoas. De acordo com Vigotsky (2007, p. 124):

Sob o ponto de vista do desenvolvimento, a criação de uma situação imaginária pode ser considerada como um meio para desenvolver o pensamento abstrato. O desenvolvimento correspondente de regras conduz a ações, com base nas quais se torna possível a divisão entre trabalho e brinquedo, divisão esta encontrada na idade escolar como um fato fundamental (VIGOTSKY, 2007, p. 124).

Nesse sentido, para o desenvolvimento da criança conforme orienta Vigotsky a criança precisa da interação com o meio e com os respectivos pares e desenvolver as regras para habituar-se no seu cotidiano. Segundo Baczko (1985, p.310) “O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais”.

Além do mais, a imaginação pode ser entendida como atividade de reconstrução do real e atribui-se significados aos acontecimentos. No ambiente escolar, os alunos no decorrer de suas experiências vivenciadas vão construindo o conhecimento de acordo com a investigação sobre o imaginário social e o cotidiano. Além disso, isso pode possibilitar sucesso ou fracasso na aprendizagem da alfabetização do processo educativo. Assim, faz-se necessário reflexão no processo de alfabetização e reflexão sobre as práticas educativas.

No entanto, o processo de alfabetização não se restringe somente no aprendizado da leitura e da escrita de forma mecânica quando se adquire uma tecnologia de codificar e decodificar a escrita, mais ainda do que isto, se coloca aos professores alfabetizadores práticas de leitura e de escrita na perspectiva do letramento.

Portanto, para Soares (2009, p. 38): “letramento é o resultado da ação de “letrar-se”, se dermos ao verbo “letrar-se” o sentido de “tornar-se letrado.” Desta maneira o letramento é um conjunto de práticas e a alfabetização é um aprendizado mediante o ensino que se compreende o domínio das habilidades de leitura e escrita.

METODOLOGIA

A metodologia de estudo visa em uma pesquisa documental e bibliográfica que visa auxiliar o pesquisador no decorrer da pesquisa, apresentando os métodos e o caminho que se tem de percorrer para ser possível a construção de um trabalho eficaz. Para a realização deste trabalho foi necessário o desenvolvimento de pesquisas e leituras com o intuito de buscar conteúdos que viessem a dar base científica ao tema pesquisado.

Alfabetizar e letrar são práticas que precisam ser desenvolvidas juntas, como um processo contínuo que se constitui conforme a criança se desenvolve. O estímulo da oralidade desde cedo impulsiona esse processo. Isso porque a oralidade é uma produção cultural que se dá por meio da interação com as outras pessoas.

Quando as crianças chegam na educação infantil é importante que já estejam provocadas ao processo de alfabetização e letramento, pelo estímulo da oralidade. À medida que elas crescem, percebem que tudo ao seu redor tem significado, iniciam um processo de leitura de mundo e começam a interpretar e conhecer o meio em que estão inseridas. Muito antes de ser capaz de ler, a criança entende e interpreta as funções dos objetos. Dessa forma, podemos dizer que antes de entrar na alfabetização e letramento, ela já vem com um amplo conhecimento de mundo, com curiosidades que devem ser estimuladas e aprimoradas pelos professores.

Ler o mundo leva a compreensão do espaço, das coisas, dos objetos e ajuda a fazer as tarefas do dia a dia. Leitura e escrita fazem parte da linguagem que pertencem ao cotidiano das crianças e dos adultos por isso, tão essencial para inserção social. Alfabetizar é oferecer condições para desenvolver a leitura e a escrita, através da habilidade de codificar a língua oral em língua escrita e vice-versa. Letrar está relacionado com a prática da leitura e da escrita no contexto social.

O letramento ligado a alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental envolve práticas de leitura e escrita que levam a criança a aprender a ler, escrever e interpretar essa ação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para coletar os dados foram realizadas pesquisas bibliográficas, análises de livros e artigos científicos que discorrem sobre o assunto. Essa forma de pesquisa, segundo a concepção de Moresi (2003), se constitui em um processo por meio do qual busca explicar ou discutir um assunto, tema ou problema, tendo por base referências publicadas. De acordo com o desenvolvimento do trabalho, esse material coletado por meio de pesquisas bibliográficas foi sendo inserido no trabalho, a fim de dar suporte teórico e científico para este estudo.

No atual contexto de adoção de atividades não presenciais em diversos suportes pelos sistemas de ensino, há múltiplas formas de se concretizar a leitura. Vivemos a “cultura da convergência”, conforme os pressupostos de Henry Jenkins (2006), para quem os produtos das novas e tradicionais mídias são desapropriados, tornam-se híbridos, relacionam-se, dialogam, e interpenetram-se com outros formatos e linguagens.

Alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental é mais que ensinar a ler e escrever, mas a usar esses processos em seu dia a dia. Por isso, a sala de aula precisa ser um ambiente alfabetizador, com livros, jornais, histórias, materiais diversos que ajuda os alunos a desenvolver essas habilidades.

As crianças percebem que as representações estão por todos os lados e que precisam se apropriar e entender como se dá a comunicação. Nesse sentido, a alfabetização e o letramento são entendidos como processos, onde se espera que a criança aprenda a ler, escrever e interpretar.

A escola é lugar que alfabetiza as crianças, quem de fato ensina a elas essas habilidades. Mas o processo de alfabetização se concretiza na sociedade. O educador precisa levar em conta a cultura e o tempo de cada um para compreender esses processos. Propor atividades que envolvam as práticas sociais das crianças é alfabetizar letrando. Mais do que ensinar a ler e escrever, ensinar a usar essa prática no dia a dia. As crianças aprendem a ler e escrever pelas experiências que proporcionamos a elas, e desenvolvem as habilidades inseridas na cultura e na interação social. Assim a escrita e leitura se desenvolvem para além da escola.

A leitura e a escrita, na qualidade de práticas sociais, não constituem meramente atitudes mecânicas de decodificação de sons e letras. Deixar de ser analfabeto e tornar-se alfabetizado, ou seja, apenas aprender a ler e a escrever, não significa que o sujeito adquiriu a condição de quem faz da leitura e da escrita uma prática social, capaz de responder às contínuas exigências e demandas de seu tempo.

Um leitor competente é aquele que usa efetivamente a linguagem escrita em diferentes circunstâncias de comunicação, de modo a se apropriar das estratégias e procedimentos de leitura característicos das diversas práticas sociais das quais participa, de tal forma que os utiliza no processo de construção dos sentidos dos textos.

A postura dinâmica de compreender os significados do uso da leitura e da escrita em diferentes contextos garante uma efetiva interação do sujeito com os inúmeros textos que circulam na sociedade, sejam tais leituras realizadas dentro ou fora do ambiente escolar.

Nesse sentido, o termo letramento surge como prática social que designa, na perspectiva de Soares (2009), "o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter se apropriado da escrita". Em outras palavras, letramento pressupõe o estado ou condição assumida por quem aprende a ler e a escrever, levando em consideração que a escrita carrega em si elementos sociais, culturais, políticos, cognitivos, sendo, assim, capaz de influenciar não só o sujeito que a pratica, mas também o grupo ou o meio em que ele se insere.

Assim, Ibid (2009) ressalta que há diferenças significativas entre alfabetismo e letramento: enquanto alfabetizar um indivíduo significa ensinar a ler e escrever, compreender códigos e símbolos, o ato de letrar quer dizer condicionar a apropriação da escrita e da leitura em práticas sociais. Um indivíduo que não saber ler nem escrever (analfabeto) pode ser, de certa forma, letrado, quando consegue compreender e articular o fenômeno da escrita e leitura como exercícios que proporcionam a socialização; um adulto que não domina a "tecnologia" da leitura e da escrita, mas se interessa por ouvir a leitura de jornais, cartas e demais textos, ou uma criança

que ainda não foi alfabetizada, mas brinca de escrever, de ler, folheia livros e gosta de ouvir histórias.

Ainda que o termo “letramento” seja conhecido e extremamente difundido atualmente, é preciso ressaltar que ele envolve uma diversidade de ênfases em sua caracterização. Kleiman (1995), por exemplo, amplia a conceituação de letramento inicialmente apresentada enfatizando que este compreende práticas sociais capazes de dar ao leitor a condição de identidade e de poder. Ela afirma que os estudos sobre o letramento devem estar voltados à transformação da ordem social, ou seja, potencializar, dar poder ao sujeito. Enfim, que o empoderamento da escrita se encontra no acesso e na manipulação da informação. Daí a importância de se estabelecer condições concretas para o letramento nas classes populares.

As práticas de letramento, como se sabe, não são restritas ao sistema educacional formal, mas devem ser potencializadas fundamentalmente nas escolas, as quais, assim como outras instituições próprias de uma sociedade globalizada e tecnológica, são consideradas agências de letramento, uma vez que abarcam enorme variedade de leitores, leituras, modos discursivos, tipos e gêneros textuais. Por um lado, há uma geração de jovens profundamente familiarizados com os recursos da Internet, os chamados “leitores ubíquos”, que conseguem falar ao telefone, conversar em chats e outros aplicativos de redes sociais, ler e-mails, notícias, ouvirem música e ainda estarem atentos ao que acontece no meio físico, simultaneamente. Ao lidar com vários aparelhos conectados, passa a interagir com uma diversidade de mensagens, ao mesmo tempo em que está corporalmente presente em ambientes físicos.

Conforme a pesquisadora Santaella (2014), o perfil cognitivo do leitor ubíquo, que se aproveita dos diferentes recursos tecnológicos para acessar informações e realizar leituras em qualquer espaço e tempo, demonstra que a atenção dispensada é parcial contínua e continuamente parcial, pois responde simultaneamente a distintos focos, sem ater-se demoradamente a nenhum deles. O que caracteriza esse tipo de leitor é uma espécie de “prontidão cognitiva” (com ênfase para sua capacidade de processar paralela e conjuntamente, informações de ordens diversas), que serve para orientar-se entre o espaço virtual multimídia, sem perder o controle

da sua presença e do seu entorno no espaço físico em que está situado.

Essa geração espera que seu modo de ler o mundo seja contemplado na escola, o que nem sempre acontece, pois, tais instituições não conseguem acompanhar em tempo real as mudanças ocorridas na sociedade, por diversos fatores que vão desde o econômico e social ao cultural e geográfico. Por outro lado, enquanto alguns realizam essas práticas sociais de leitura e escrita com desenvoltura, outros, porém, apesar de possuírem acesso a bens materiais e equipamentos tecnológicos de última geração, de dominarem as redes sociais e aparentemente terem incorporado a tecnologia em seus cotidianos, apresentam alguma dificuldade de discernimento e seleção do que é relevante ser lido em meio ao bombardeio de informações disponíveis. Além disso, muitos não possuem habilidades para aproveitar todo o potencial ofertado pelas ferramentas tecnológicas, seja porque necessitam de orientação, seja porque faltam leituras críticas do mundo ou de como potencializar suas práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais, retoma-se ao conceito de letramento que surgiu na década de 80 no Brasil que se originou do inglês, porém com grande importância em práticas sociais de acordo com todo o contexto histórico-social e cultural. Além do mais, considera-se como importante para o processo educacional a alfabetização mesmo sendo distinto do letramento, pois de fato os dois conceitos são importantes para a construção dos saberes.

Este trabalho possibilitou a compreensão de que a alfabetização é um instrumento eficaz de aprendizagem da leitura e escrita, ou seja, contribuindo para a formação e desenvolvimento do aluno.

Muitas abordagens tradicionais ainda são utilizadas em salas de aula, na qual o conhecimento é restrito aquele que ensina e ao aluno cabe o dever de aprender o conhecimento que lhe é ofertado, até os métodos socioculturais, onde o conhecimento é desenvolvido partindo da problematização, debates e reflexões a respeito da realidade do aluno.

Emília Ferreiro em sua abordagem construtivista defende que, a metodologia de ensino deve ser contextualizada, a alfabetização deve estar voltada a realidade do aluno, com materiais atuais e não utilizando cartilhas para, as quais não oferecem um suporte para o processo de ensino-aprendizagem, mas apenas reproduzem as informações que os alunos tem de decorar.

Para que o processo de alfabetização e letramento, bem como o processo de ensino-aprendizagem da leitura e escrita possa ser trabalhado nas escolas de forma a acompanhar a realidade dos alunos é preciso que o professor esteja preparado. Essa preparação é adquirida e desenvolvida por meio das formações continuadas. Esses cursos têm por objetivo aperfeiçoar a prática docente. Sua importância está na elaboração de atividades práticas que aprimoram os métodos de ensino dos educadores e na aquisição e desenvolvimento de habilidades pedagógicas

Considerando a importância da interação social, na atualidade do cidadão, a alfabetização e o letramento são significativos nas práxis pedagógicas dos anos iniciais. Nestas breves reflexões de leitura e escrita de práticas sociais para que o aprendizado seja representativo para o aluno.

Entende-se que a escola deve atuar na formação do aluno de maneira eficaz para que o mesmo seja capaz de exercer a cidadania. Vale ressaltar, que a leitura e a escrita é um caminho que principia o aluno participar da comunidade letrada efetivamente como cidadão. Além do mais, Martins (1994, p. 25) diz que: "A leitura seria a ponte para o processo educacional eficiente, proporcionando a formação integral do indivíduo".

Desta maneira o letramento se associa a leitura na construção do aprendizado com sentido na construção do conhecimento no exercício da cidadania. Além disso, para que a leitura se frutifique e se escreva bons textos é necessário um sujeito ativo, participativo e crítico com criatividade. Portanto, alfabetizar e letrar são práticas necessárias para a construção dos saberes e as reflexões que envolvam imaginário individual e social podem estar presentes no contexto pedagógico dos professores alfabetizadores.

Embora como já aludido pouco de concreto tenha sido feito para modificar um estado calamitoso de ensino aprendizagem para

um dos pontos basilares da educação saber dar significado correto ao que se lê e ao que se escreve.

REFERÊNCIAS

BACZKO, Bronislaw. **"A imaginação social"** In: Leach, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p.296-332

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. São Paulo: Cortez, 2003.

BASTOS, Manoel de Jesus. **Alfabetização e Letramento no Brasil: Aspectos Gerais**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 2, Vol. 14. pp 55-63 Janeiro de 2017. ISSN:2448-0959 Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/alfabetizacao-e-letramento>>. Acesso em: 06 de junho de 2022.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes, RIBAS, Salete Ceris, Silva, BREGUNCI, Maria das Graças, FERREIRA, Maria da Graça Costa Val, CASTANHEIRA, Maria Lúcia, MOURÃO, Sara Monteiro, ALVES, Isabel Cristina da Silva Frade. et al. Capacidades linguísticas: alfabetização e letramento. In: BRASIL. **Pró-letramento: programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental: alfabetização e linguagem**. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica, n. 1, p. 3-60, 2008.

BRASIL, SEF/MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental – Língua Portuguesa**. Brasília, DF: SEF/MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, Brasília, 2017, p.1-113.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 2010.

CÓRDOVA, Rogério A. **Imaginário social e educação**. Em Aberto, Brasília, ano 14, n.61, jan/mar, 1994.

COSTA, Valmir Nunes. **Gêneros discursivos e letramento**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

FERREIRO, Emília. **Reflexões Sobre Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2000. 104p

FERREIRO, Emília; Teberosk, Ana. **A Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Medicas 1985. 284p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. p.29. <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2019/12/ministerio-da-educacao-avalia-re-sultado-do-pisa-2018> acesso 19.05.2022

KATO, Mary A. **No Mundo da Escrita - uma Perspectiva Psicolinguística**. Editora Atica, 2011 Rio de Janeiro.

KLEIMAN, Angela B. **Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?** Cefiel/JET/UNICAMP, 2005-2010.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MEDEIROS, JOÃO BOSCO. **REDAÇÃO CIENTÍFICA**. A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PRÓ-LETRAMENTO: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental: alfabetização e linguagem – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. (Fascículo 1)

SANTAELLA, L. (2014). **Gêneros discursivos híbridos na rede na era da hipermídia**. Bakhtiniana. 9(2): 206-16, São Paulo, ago./dez

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 6ª ed., 5ª reimpressão. 2013.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TFOUNI, L. V. Perspectivas históricas e a-históricas do letramento. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 26, p. 49-62, jan./jul., 1994.

VIEIRA, Rita Alves; FERREIRA, Racilda Maria Nóbrega; SCHMIDLIN, Regina de Fátima Mendes. **A prática pedagógica de professores de língua portuguesa em uma perspectiva de transversalidade e desenvolvimento de competências comunicativas**. Revista F@pciência. Paraná. V.7. nº 3. P. 26-40. 2010.

VIGOTSKY, L.S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.